

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Christianny de Freitas Silva

O ESPECISMO E SEUS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).
Orientadora: Prof. Dra. Cristina Dias da Silva.

Juiz de Fora

2023

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **Christianny de Freitas Silva**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201673050A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **Especismo e Seus Impactos Socioambientais**, desenvolvido durante o período de dezembro/2022 a junho/2023 sob a orientação de Cristina Dias da Silva, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, 12 de julho de 2023.

Christianny de Freitas Silva

O ESPECISMO E SEUS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

Christianny de Freitas Silva¹

RESUMO

O objetivo deste trabalho é realizar uma revisão bibliográfica a partir de uma análise das interações humanas com animais não humanos, com foco no fenômeno do especismo, que representa um preconceito em relação a determinadas espécies animais. Esse tema central abre espaço para debates interdisciplinares, uma vez que diversas áreas do conhecimento podem contribuir para uma análise aprofundada dos problemas envolvidos e propor soluções possíveis. O especismo, atualmente, acarreta graves problemas socioambientais e éticos. A convergência de interesses, como a produção de alimentos, carne, vestuário e entretenimento, gera impactos que podem ter consequências irreversíveis. Somente assim será possível evitar o surgimento e o agravamento de crises ambientais que já existem e que ainda estão por vir. É imprescindível que a sociedade promova uma reflexão profunda sobre as nossas relações com os animais não humanos, levando em consideração os aspectos éticos, ambientais e sociais envolvidos. A partir desse diálogo amplo e inclusivo, será possível buscar soluções que respeitem a vida e a integridade dessas espécies, bem como a preservação do meio ambiente como um todo. Ações individuais e coletivas são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e consciente em relação aos animais não humanos e ao meio ambiente que compartilhamos.

Palavras-Chave: especismo; não humanos; ética animal; preservação.

1. INTRODUÇÃO

Há significativas diferenças entre humanos e não humanos, assim como há entre homens e mulheres, dessa forma os direitos nem sempre devem ser iguais porque, de fato, as necessidades não são as mesmas. No entanto, personagens da modernidade ocidental utilizam desses preceitos e da não delimitação do ser para que se utilize animais não humanos como matéria prima e a natureza como mero doador de matéria prima. O uso instrumental da natureza gera severos impactos socioambientais, sanitários e morais em toda a população mundial que aprova ou até mesmo que desaprova tais ações. O objetivo desse trabalho é mostrar como que as práticas do especismo afetam camadas da organização social e da distribuição de recursos que nem mesmo os humanos mais distintamente corretos conseguem se dissociar. O trabalho será dividido em quatro partes, sendo a primeira apontando a relação entre humanos e não humanos sob o olhar do autor Tim Ingold e Guilherme de Sá. Em seguida, no segundo, apontando como o humano vê, manipula e instrumentaliza a natureza. Na terceira sessão, será discutida a problemática do especismo a partir das ideias do autor Peter Singer e de Tom Regan. Por último, serão apontadas todas as questões mais relevantes acerca dos impactos socioambientais, éticos, sanitários e de produção modernas relacionadas ao especismo.

2. A DISCUTIDA SINGULARIDADE HUMANA

A relevância que a espécie humana possui no planeta Terra talvez seja motivo por si só para que fosse feita uma ciência somente sobre ela, mas parece o princípio ético – ou a falta dele - nos coloca a não ter igual consideração com os demais animais. Seria coerente que se fizesse uma ciência sobre uma única espécie capaz de dominar um planeta inteiro agregando idiomas, símbolos, simbologias e sistemas de organização sociais complexos, enquanto cria e modifica o habitat de si e de todas as demais espécies coexistentes com aquele ecossistema. Um lado pode dizer que este tema é amplo demais, visto que a espécie é somente mais uma dentre diversas outras e que dessa forma, deveríamos então fazer uma ciência para cada espécie, pois não podemos desassociar genuinamente o humano do restante do mundo animal. Outro ponto de vista, no entanto, poderia dizer

¹ Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Cristina Dias Silva.

que fazê-lo entra no âmbito do inacessível, já que se é dessa própria espécie a qual se tenta esquadrihar: “Como somos, nós mesmos, humanos, o problema não está em não termos logrado reduzir a humanidade a proporções analisáveis, mas em jamais sermos capazes de acompanhar o passo de suas transformações.” (INGOLD, 1994, p.1)

Para Tim Ingold, talvez mais importante do que saber o que é um humano e sua relevância orgânica, pois as mais variadas áreas da biologia, antropologia, por exemplo, e outros estudos fazem isso muito bem, é saber o que significa ser humano. Essa lacuna poderia ser preenchida por palavras como “razão”, “vocalização”, “capacidade de imaginar e produzir” ou outras generalidades como já se faz, mas nada disso significa necessariamente ser humano e, afinal de contas, estes são muito mais semelhantes com os animais não-humanos do que imaginam, o que deixa esse empreendimento mais difícil. Não nos é surpreendente o fato de que estamos numa cadeia taxonômica biológica dentro de um universo de seres existentes que habitam este planeta. O humano como conhecemos é somente mais uma espécie dentro de uma cadeia do gênero homo – e os humanos ocidentais sempre reafirmam isso de tempos em tempos: “E a cada geração somos lembrados, como se fosse uma grande descoberta, de que os seres humanos também são animais e que a comparação com os outros animais nos proporciona uma melhor compreensão de nós mesmos”. (INGOLD, 1994. p.1) É interessante que tentemos desenvolver nossa compreensão de humano a partir dos animais, seus hábitos, capacidades e desenvolturas, assim como Freud o fez com humanos primitivos em relação às crianças, cuja presunção destes não havia sido desenvolvida de tal forma a delinear uma demarcação entre a natureza de si e as dos demais animais. A comparação é crucial para definições. E embora saibamos como um humano se parece num simples olhar, a delimitação de características de uma espécie se confunde e se funde a outras.

Historicamente existiram e existem esforços de categorização realizados por diferentes agrupamentos humanos para entender e se diferenciar de animais. Tim Ingold, descreve em uma introdução de um livro interdisciplinar sobre o conceito de animal:

Todas as sociedades humanas, passadas e presentes, coexistiram com populações de animais de uma ou várias espécies. Ao longo da história as pessoas têm, de maneiras variadas, matado e comido animais ou, em ocasiões mais raras, têm sido mortas e comidas por eles; incorporaram animais em seus grupos sociais, como estimação ou cativos; utilizaram suas observações da morfologia e do comportamento animal na construção de seus próprios projetos para viver. (INGOLD, P.1. 2007)

Ou seja, o convívio com os animais é uma realidade de milênios de história humana, por vezes se misturando em um processo de alteração um pelo outro, como explora Donna Haraway em seu Manifesto das Espécies Companheiras (2016). O autor continua a sua introdução:

As ideias que as pessoas têm sobre os animais e suas atitudes em relação a eles são correspondentemente tão variáveis, em todo o detalhe, como as suas formas de se relacionarem uns com os outros, em ambos os casos (homem/homem, homem/animal), refletindo a surpreendente diversidade de tradições culturais que é amplamente vista como a marca oficial da humanidade. (INGOLD, P1-2. 2007).

As relações socioculturais entre humanos e animais, ou entre humanos e seres não humanos, são complexas e vão além das fronteiras étnicas. A provocação intelectual é definirmos o quão semelhante os humanos são dos demais animais e, possivelmente, especiais, qualitativamente superiores ou insolitamente equivalentes. A fisiologia de mamíferos é praticamente toda a mesma, salvo algumas especificidades e, no entanto, é usada de forma muito diferente pelos humanos. Ativam todo um sistema de luta ou fuga antes de uma apresentação na faculdade, por exemplo, onde tecnicamente, não há qualquer risco à sua integridade física; podem sentir raiva e ímpeto a agressividade ao assistir um filme com enredo moralmente revoltante, uma reprodução em simples duas dimensões que sabem ser fictícia; além de aumentar o trabalho de todo seu sistema nervoso simpático, aumentando batimentos cardíacos, pressão arterial, interrompendo a digestão ao lembrar de uma viagem muito esperada que está agendada. O ser humano tem formas únicas de responder ao ambiente porque de fato tem características únicas, e isso o torna capaz de responder de forma singular ao ambiente ao seu redor. Não abordaremos aqui, no entanto, quais características são essas, pois nosso principal objetivo é estreitar características dos animais humanos e não humanos e explorá-las.

“Do ponto de vista biológico, a espécie humana é tão singular quanto todas as demais espécies existentes na Terra” (FOLEY, 1987, p.274). Os organismos não são agrupados em uma mesma classe por causa da semelhança de sua aparência formal, exterior, mas em virtude de seus vínculos genealógicos relativamente estreitos (INGOLD, 1994). Grandes variações fenotípicas (aparência) nos animais podem ocorrer nesses seres enquanto descendentes com genótipos (totalidade de genes) muito semelhantes e o mesmo ocorre o contrário: animais com genes muito distantes podem ter semelhanças fenotípicas entre si. Isso significa que nem genótipo ou fenótipo está habilitado a definir com propriedade animais, sejam eles similares fisicamente ou geneticamente. Na perspectiva da evolução da vida como um todo, a linhagem humana representa apenas um pequeno e insignificante ramo de um esplêndido e frondoso arbusto (INGOLD, 1994).

Guilherme de Sá, um antropólogo brasileiro, publicou em 2013 uma pesquisa sobre o fazer científico da primatologia em uma pesquisa envolvendo muriquis da região de Minas Gerais, uma espécie de primata que se situa taxonomicamente entre o macaco-prego e o babuíno. O autor nos apresenta uma etnografia que relata a observação dos pesquisadores com estes animais e como a presença destes humanos ali entrosa com a articulação natural daquela comunidade naquele nicho ecológico. O conhecimento produzido pelos pesquisadores que o autor acompanhou consistia em apresentar as dinâmicas sociais destes animais que abre margem a discussão anterior, visto que estes são pacíficos, não há violência entre eles; as discordâncias são resolvidas com vocalizações, não há hierarquia e, provavelmente, pelo fato de evolutivamente os machos, por razões orgânicas, serem do mesmo tamanho das fêmeas, ambos os sexos tem a mesma influência na comunidade. Os abraços desses primatas são comuns, de acordo com o autor, um patrimônio, cujo efetores são os verdadeiros “brasileiros cordiais”. Aqui vemos um exemplo de animalidade justa, igualitária, cordial e que serve aos interesses da comunidade, podendo servir de associação a ideologias humanas que são muitas vezes socialmente rechaçadas. Caso não falte alimento ou bem-estar, esses animais desconhecem a agressividade. O autor elenca pontos expressivos sobre a seu próprio exercício científico tomando a decisão de frisar a relação entre o grupo de primatas e seus ávidos pesquisadores humanos, nos fazendo assim entender de forma mais completa o estudo sobre o outro e sendo esse outro um não humano.

Esse processo de compreensão da espécie se deu a partir da análise dos novos pesquisadores que apostaram em uma releitura e reinterpretação de um fenômeno chamado o “abraço do mono” que anteriormente poderia ser compreendido como um movimento intimidador. O fenômeno foi melhor observado e mudou a imagem dos muriquis: de comportamento afrontoso a demonstração de afeto e comunhão entre seus semelhantes. Essa releitura comportamental da espécie atribuiu uma identidade pacífica e não hierarquizada. Assim, os muriquis recebem a identidade de ‘*macaco hippie*’, “talvez tendo mais a nos ensinar como humanos do que nós mesmos.”

É por isso que, em acordo com Bruno Latour, Guilherme Sá nos dirá que são os próprios primatas – muriquis, no caso – os principais reformadores da visão que temos sobre os primatas (antes, no caso, os babuínos belicosos): a principal contribuição do primatólogo (ou, em termos gerais, do homem) é “dar a oportunidade de se comportar”, é observar e tornar público seu sujeito-objeto para que ele mesmo, então, aja sobre sua imagem circulante; o observador não o está inventando, apenas permitindo que ele se invente. (AMANTE. 2013, p.393)

Enfim, aqui fica claro a relação pesquisador -objeto e do tamanho de sentido que um pode orquestrar ao outro, mostrando uma relação bem mais complexa do que se poderia imaginar. Por alguns motivos, mas podendo até mesmo relativizar a nomeação do “abraço do mono”, uma vez que abraço seria uma concepção humana, havendo questão interpretativa. O autor pondera sobre o avanço da primatologia em reconhecer os primatas em seu próprio universo, como criaturas entre o natural e o cultural, mas ainda aponta os obstáculos do uso da cultura humana para interpretar e traduzir, pensando os animais como extensão ou como participantes dos códigos da cultura humana.

3. O VÍNCULO HUMANO COM A NATUREZA

Quando falamos sobre o vínculo do humano e da natureza podemos elencar de que forma a história humana está ligada aos não humanos assim como todo o espaço vivo que o cerca. Poderíamos até afirmar que é possível pensar a história dos não humanos sem a presença humana, como fazem os paleontólogos sobre os dinossauros e criaturas pré-históricas, mas por outro lado contar a história da humanidade descolado da natureza e dos demais

animais parece um exercício árduo e recheado de obstáculos. Ingold, em uma citação já apresentada na última seção e que nos é válido retomar, nos disse que historicamente matamos os animais, fomos mortos por eles, os comemos, fomos comidos por eles, os domesticamos, usamos como ferramenta de trabalho e até mesmo os extinguímos. Essa breve interpelação nos lança as inúmeras possibilidades contidas na relação entre humanos e não humanos e também ao seu meio natural, por assim dizer. Os humanos então se relacionaram com a natureza de diversas formas diferentes, desenvolvendo técnicas de agricultura, agropecuária, modificações da fauna e da flora, domesticando animais para facilitar o trabalho ou para os tornar companheiros com funções de proteção da casa e das pessoas, por exemplo. Desde que a relação se formatou houveram implicações para ambos os grupos, elencando o estudo que Donna Haraway realizou sobre as relações entre cães e humanos:

A domesticação é um processo emergente de coabitação que envolve agências de muitos tipos e histórias que não se prestam a ser mais uma versão da Queda ou um resultado óbvio para alguém. Coabitar não é sinônimo de fofura e sentimentalismo. Espécies companheiras não são camaradas prontos para discussões anarquistas do início do século XX no Greenwich Village. O relacionamento é multiforme, perigoso, não terminado, permeado de consequências (HARAWAY. P.30)

O que a autora aborda é essa relação de coevolução existente entre os humanos e suas espécies companheiras e como essa relação é repleta de possibilidades inclusive de misturar-se em âmbito quase genético:

O mundo é grande, vasto e cheio de vida assertiva. Por exemplo, Margaret McFall-Ngai nos mostra que os órgãos sensíveis à luz da lula *Euprymna scolopes* só se desenvolvem propriamente se, quando embrião, essa lula receber uma colônia da bactéria luminescente do tipo *Vibrio*. De modo similar, o tecido do intestino humano não se desenvolve normalmente sem colonização de sua flora de bactérias. A diversidade de formas animais na Terra emergiu na sopa bacteriana salgada do oceano. Em todos os estágios de suas histórias de vida, os animais em evolução tiveram que se adaptar à colonização ávida de bactérias do interior e exterior de seus corpos. Os padrões de desenvolvimento de formas de vida complexas tendem a exibir a história dessas adaptações, uma vez que cientistas aprenderam a buscar as evidências. Os seres da Terra são preensíveis, oportunistas, prontos para misturar parceiros improváveis em um algo novo, algo simbiogenético. Espécies companheiras constitutivas e a coevolução são a regra, não a exceção. (HARAWAY. P.32)

Sobre o foco da natureza, em toda essa história milenar de relação dos humanos com a natureza e tudo o que ela apreende a sua volta os humanos adaptaram-se a ela e vice-versa. Contudo, parece que atingimos um impasse ecológico na velocidade em que estas transformações ocorrem, beirando ao artificial. Nosso modo de produção econômico provoca transformações na natureza que parecem ser desproporcionais a capacidade da mesma se regenerar e se adaptar:

O modelo de produção e consumo capitalista está na base das críticas de um conjunto de reflexões em torno do advento de uma nova era geológica, o Antropoceno. O termo foi proposto pela primeira vez pelo químico atmosférico Paul J. Crutzen em uma pequena publicação em parceria com o especialista em ciência marinha Eugene F. Stoermer, *The Anthropocene*, publicado no boletim informativo do IGBP (Crutzen e Stoermer, 2000). O termo Antropoceno é apropriado para a época atual, segundo os autores, por fazer referência direta aos impactos das atividades humanas (como o esgotamento dos combustíveis fósseis, a extinção de espécies animais e vegetais e o derretimento das calotas polares) na ecologia e na geologia, impactos esses que para Crutzen e Stoermer, serão sentidos ainda por milhares de anos. (FROELICH, P. 33-34. 2016.)

É neste cenário de exaustão da natureza frente aos modos de vida que os humanos (principalmente o modo de vida capitalista) optaram por viver que nossa discussão se localiza. Adiante veremos como o especismo adentra neste cenário.

4. O ESPECISMO NA CULTURA MODERNA

O termo especismo foi cunhado pelo autor Richard Ryder inicialmente e faz analogia ao sexismo e ao racismo, conceitualizando a discriminação sobre animais não humanos que são tratados como inferiores em função de sua distinção de espécie. O termo equipara o sofrimento animal a uma forma de discriminação com condutas que favorecem um grupo, no caso humanos, em detrimento do outro grupo, os não humanos. O autor

cunhou o conceito como forma de protesto contra o uso de animais em testes científicos, em seu manifesto publicado em 1970 o mesmo afirma:

Cerca de 5.000.000 de animais de laboratório, cada vez mais primatas como nós, são mortos todos os anos apenas no Reino Unido, e os números agora estão ficando fora de controle. Existem apenas 12 Inspetores do Ministério do Interior britânico (*Home Office Inspectors*). Além do direito de viver, um critério moral claro é o sofrimento, o sofrimento do aprisionamento, do medo e do tédio, assim como a dor física. Se assumirmos que o sofrimento é uma função do sistema nervoso, então é ilógico argumentar que outros animais não sofrem de maneira semelhante a nós é precisamente porque alguns outros animais têm sistemas nervosos tão parecidos com o nosso que eles são tão extensivamente estudados. (RYDER. 2020 p.7)

É fecundo entendermos que o autor cunha o termo e o manifesto, que citamos parcialmente, em 1970, sendo ele um psicólogo e escritor britânico e já percebendo a escalada do uso de animais em experiências científicas que não respeitavam a autonomia e os direitos dos animais. O autor provoca uma reflexão que perdura até hoje na pauta dos direitos dos animais:

Os únicos argumentos a favor de experimentações dolorosas em animais são:

- 1) que o avanço do conhecimento justifica todos os males - não é mesmo?
- 2) que os possíveis benefícios para nossa própria espécie justificam os maus tratos contra outras espécies - este pode ser um argumento bastante forte quando se aplica a experimentos onde as chances de sofrimento são mínimas e a probabilidade de contribuir com a Medicina Aplicada é grande, mas mesmo assim esse argumento ainda será apenas um "especismo" e, como tal, é um argumento emocional egoísta, em vez de racional. (RYDER. 2020 p.7-8)

Esse conceito se torna interessante no ponto que elenca estas noções de dignidade animal frente ao avanço das ciências e tecnologias, elencam assim questões sobre os direitos dos animais, o bem-estar animal e de como os humanos se relacionam com o ambiente composto por não humanos. A teoria Darwinista trouxe a reafirmação dos humanos como animais e da relação evolutiva e genealógica destes com todos os demais: de forma literal todos os animais existentes hoje têm algum grau de parentesco. Dessa forma, como que o grau de intelectualidade do humano permite a exploração dos não-humanos se hoje condenamos o uso de pessoas para benefícios de outrem? É que há muito pouco tempo atrás ainda havia sobreposição do humano branco sobre o humano não branco, a ideia de eugenia, distorção grotesca da teoria darwiniana, forjou uma realidade que permitiu humanos usarem outros para seus próprios interesses sem culpa, até mesmo os aniquilando sem maiores responsabilizações.

As relações de convívio entre humanos e animais se funda na suposta superioridade humana, especialmente no mundo ocidental e isso permitiria o domínio e exploração dos recursos naturais conforme a ambição humana. As posições especistas ocidentais tem início no judaísmo e antiguidade grega quando Aristóteles afirmava, por exemplo, que seres "inferiores" como escravos humanos, militares presos e qualquer animal não-humano deveria servir aos mais poderosos, os demais humanos. Esses ideais se afirmaram com a ascendência do cristianismo, no tocante ao antropocentrismo, supondo maiores direitos da humanidade sobre as outras espécies (SINGER, 2004). A teologia dos séculos XVI ao XVIII estimulou o apoio moral para o domínio do humano em relação a natureza e para Thomas (1989, p. 27-28) o surgimento da propriedade privada teve influência na exploração dos recursos naturais pelos cristãos, embora haja ambiguidade nisso, pois o legado judaico-cristão, em tese, deveria proteger a criação divina. O antropocentrismo e a supremacia humana sobre a natureza são existentes em diversas culturas e religiões que ratificam essas circunstâncias, não sendo uma especificidade da cultura judaico-cristã.

Rene Descartes, filósofo da era moderna, teve suas ideias mecanicistas muito visadas no século XVII ao afirmar que animais não humanos seriam simples engenharias desprovidas de quaisquer vontades, sentimentos ou sensações, validando o uso instrumental destes onde sua palavra chegava. Já a partir do século XVIII, a relação humano-animal começa a gerar questionamentos e posturas começam a mudar, começa-se a ocultar matadouros a fim de evitar um "choque excessivamente forte entre a realidade material e as sensibilidades privadas" (THOMAS, 1989, p. 355). A partir de então, a comunidade acadêmica começou a desenvolver áreas antes não pensadas como da Ética Animal e após 1970 vários escritores defendem o direito à vida e bem-estar animal, fazendo objeção ao seu uso meramente instrumental. Analisaremos as óticas dos autores Tom Regan e Peter Singer que embora sejam do mesmo campo da ética animal, mantêm pontos de vista diferentes.

O autor de “Libertação Animal”, Peter Singer, é um filósofo australiano cuja crítica ao especismo se baseia na instrumentalização dos animais para alimentação e experimentação científica sem os devidos cuidados éticos que normalmente seriam aplicados se o uso fosse em humanos. O ponto crucial para Singer é a faculdade da ser senciente dos animais, eles sentem dor e prazer, têm noção de si e do outro. Eles têm interesse em estar vivo e em não sofrer e a partir disso o autor formula o preceito de “igual consideração de interesses”. Todos devem ter direitos, mas em função de suas diferenças intrínsecas, esses direitos devem ser adequados, por exemplo, um homem heterossexual cis não precisa ter direito ao aborto, pois não engravida (SINGER, 2004, p. 4). Pelo preceito da igualdade, os direitos devem se adequar às necessidades.

Singer cita um trecho do livro de Richard Serjeant, *The Spectrum of Pain*:

Dizer que eles sentem menos porque são animais inferiores é absurdo: pode facilmente demonstrar-se que muitos dos seus sentidos são muito mais desenvolvidos do que os nossos – a acuidade visual em certas aves, a audição na maior parte dos animais selvagens, e o tato noutros; hoje em dia, estes animais dependem mais do que nós de uma consciência o mais alerta possível em relação a um ambiente hostil. Com exceção da complexidade do córtex cerebral (que não se relacionam diretamente com a dor), os seus sistemas nervosos são quase idênticos aos nossos e a sua reação a dor é extraordinariamente semelhante à nossa, embora encontrando-se ausentes (tanto quanto sabemos) os matizes filosóficos e morais. O elemento emocional é por demais evidente, expressando-se sobretudo sob a forma de medo e ira. (SINGER, 2004, P. 27)

A capacidade de se ser senciente é, então, para Singer, uma condição para que se tenha algum interesse. O autor apresenta uma comparação problemática entre direito dos animais, bebês humanos e de humanos adultos com deficiências cognitivas: suas faltas de compreensão de suas naturezas e das realidades a sua volta não seriam justificativas para aniquilação de seus interesses, pois eles ainda os têm, pelo menos o de não sofrer. A diferença crucial entre a dor de humanos e não humanos seria o sinal comportamental de senti-lo: animais não humanos não podem verbalizar sua dor como nós fazemos, mas bebês humanos e muitos adultos com limitações cognitivas ou condição médica também não podem. A perspectiva de Peter Singer é malvista entre os defensores de causas animais porque somente minimizaria o sofrimento animal, pois propõe uma abordagem mais branda do que já ocorre atualmente, mas sua teoria não aboliria a exploração. Seu ponto de vista é, no entanto, mais fácil de ser aceito e, num mundo que se apoia em abuso animal, ser posto em prática.

Paralelamente, temos Tom Regan, um ex-açougueiro que apresentou um ponto de vista mais radical em relação ao tratamento animal, sendo por muitos considerado um extremista. Para ele, não devemos ter jaulas maiores, mas sim vazias, pois o ideal seria a abolição completa da exploração animal. Regan coloca que sua reputação como extremista é válida, uma vez que somos extremistas e intolerantes a muitas circunstâncias sociais, como no caso do estupro em humanos. Pontos de vista extremistas muitas vezes são os mais corretos, pois são incontestáveis (REGAN, 2006, p. 13). A própria alimentação humana de carne de animais seria injustificada, o que acaba por refletir no estilo de vida humano e, logo, nos direitos humanos. Ter direitos humanos significa ter segurança em manter a própria dignidade, própria vida e ter as próprias escolhas sem ninguém ou qualquer instituição poder interferir nisso. Os direitos morais valem para todos, independente de características e de diferenças, assim, para Regan, não podemos ter nossas garantias negadas ou usurpadas em função de nacionalidade, cor ou raça (REGAN, 2006, p. 47-80).

O autor emprega um termo “sujeito-de-uma-vida” que define basicamente humanos que têm seus direitos resguardados pelo simples fato de serem humanos, não dizendo respeito a qualquer uma das variáveis como sexo, gênero, etnia, intelectualidade, religiosidade, etc. Para o autor (REGAN, 2006, p. 60), a despeito de sermos diferentes, somos mais parecidos entre nós do que em relação a qualquer outra espécie. A partir daí surge o questionamento se animais não-humanos são sujeitos de uma vida ou não e Regan propõe o seguinte exercício: se o que acontece com animais é relevante para eles mesmos, mesmo que não tenha relevância para outrem, eles são sujeitos-de-uma-vida. E se se enquadram nessa prerrogativa, eles têm direitos assim como nós (REGAN, 2006, p. 65). Com algumas reflexões, o autor conclui que alguns animais são esses discutidos sujeitos, pois tem senso comum, linguagem, origens, comportamentos e outros, assim como os humanos. Dessa forma, embora há diferenças cruciais entre humanos e não-humanos, somos todos sujeitos-de-uma-vida. Essa similaridade seria o argumento final do autor para que não instrumentalizemos os demais animais.

Comparando os dois autores, Singer e Regan, o primeiro justifica a utilização de animais, mas defendendo a pacificidade dos atos e a ética para com bem-estar. Suas ideias são mais alcançáveis e utilitárias, uma vez que

beira a utopia a total supressão do uso animal no mundo moderno. Já o segundo defende a total abolição do uso animal que provoque mal-estar e sofrimento, o que é profundamente válido e respeitável, mas economicamente inviável. Como sabemos, o mundo moderno funciona como um organismo vivo e o mercado instrumentaliza até mesmo os humanos que o subordina, não considerando na maioria das vezes questões ambientais, éticas e socioeconômicas que suas produções ocasionam, e é sobre isso que trata a próxima sessão do presente trabalho.

5. CONSEQUÊNCIAS DO ESPECISMO

A forma como lidamos com o consumo está atrelada ao especismo não somente no quesito alimentação, mas também no consumo de produtos e serviços no geral e também lazer. Dados macroeconômicos mostram que os setores de produção de vestimentas, de alimentação e até mesmo lazer não são tão positivos quando observados atentamente, inclusive para as pessoas inseridas nesses contextos. A produção de roupas em massa do mundo da moda está poluindo o deserto do Atacama em cerca de 40 mil toneladas por ano, roupas essas endereçadas à América Latina, mas produzidas e não vendidas nos Estados Unidos, Europa e Ásia (fonte: BBC). Essa produção é a segunda mais poluente do mundo, ficando atrás somente da indústria do petróleo, além de ser responsável por 8% da emissão de gases estufa e de 20% do desperdício de água no mundo. Grande parte desse material descartado leva poliéster, um tipo de resina plástica, que com o tempo libera micro plástico que intoxica a fauna marítima e terrestre. O descarte é tão grande e sem fiscalização que incêndios ocorrem como única solução para aniquilar produtos são despejados ali, incêndios de grandes proporções que duram entre dois e dez dias cada.

A cadeia de produção animal, por sua vez, não tem um viés de produtividade somente para necessidade de consumo para subsistência, mas para alimentar uma extravagância sendo os impactos ambientais dessa rede enormes em função da forma como o agronegócio a manipula. Os mais eminentes efeitos vistos são a emissão de gases estufa, contaminação das águas e do solo, com impacto direto na biodiversidade, disponibilidade de água e condição do solo usado no plantio. A produção de carne hoje é causadora de 20% das emissões de gases responsáveis pelo efeito estufa, sendo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. A FAO também apresenta dados de que cerca de 1.500 litros de água são necessários para produzir um quilo de grãos e, por sua vez, dez vezes essa quantidade para produzir um quilo de carne. Os dejetos desses animais de corte também são mais um problema, pois contaminam as águas e o solo de todo o mundo. Utilizando cerca de 20% do território nacional, a pecuária degrada a maior parte desses locais, mas a porcentagem de degradação varia sobre o ponto de vista de alguns estudiosos, podendo variar entre 50% e 23%. Claude Lévi-Strauss, por exemplo, em seu manuscrito “A lição de sabedoria das vacas loucas” nos explicita como a doença da vaca louca pode ter sido derivada da alteração da alimentação destes animais por razões econômicas humanas, o que culminou na doença e morte de milhares destes animais.

O desperdício de alimentos foi um recente tópico de um relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) revelando que estamos numa problemática crescente. No ano de 2019, foi desperdiçado quase um bilhão de toneladas de alimentos, cerca de 17% das adquiridas. Concomitante a isso, tivemos cerca de 690 milhões de pessoas em situação de desnutrição. O Brasil hoje é um dos maiores exportadores de alimentos do mundo, mas os brasileiros ainda sofrem com insegurança alimentar. O volume de exportação seria suficiente para abastecer a população, no entanto, políticas de mercado permitem a venda de *commodities* sem garantia de parcela reservada ao mercado interno. A problemática maior é que grande parte dessa exportação servirá para alimentar animais de corte da pecuária estrangeira, e a carne destes alimentará cidadãos com maior poder aquisitivo. Desperdício de alimentos e a má distribuição deles reforçam os índices de pessoas em situação de segurança alimentar.

Para além do consumo, é importante compreender os dados da produção que mostram uma situação não tão benéfica para a mão de obra que a realiza. Dados disponibilizados pelo Ministério Público do Trabalho mostraram que até 2017 o agronegócio foi o maior responsável por trabalhos análogos à escravidão e cerca de 30% destes relacionados a criação de bovinos para corte. No relatório da FAO também foi atestado trabalho infantil na pecuária, com exploração de crianças a partir de cinco anos de idade. No geral, a rotina dos trabalhadores de frigoríficos e abatedouros inclui muitos acidentes, afastamentos e problemas associados às funções. Uma pesquisa da Previdência Social trouxe a informação de que trabalhadores de frigoríficos tem três vezes mais chances de sofrer traumatismos, sete vezes mais chances de desenvolver tendinite e o nível depressão é maior (HECK, 2017, p.13).

Vírus como da Covid-19 são contraídos a partir da relação com animais infectados, como aconteceu com a gripe suína, H1N1, Sars e outras. A manipulação desses animais para consumo deveria ser cautelosamente controlada, evitando contaminação em massa. Em 2013 a FAO divulgou um estudo afirmando que cerca de 70% das enfermidades notificadas desde 1940 deveriam ser de origem animal, o que inclui as doenças citadas, mostrando que a pandemia mundial de 2020 poderia ter sido evitada ou até mesmo ter tido menores dimensões. O consumo de leite também é um problema, pois um estudo realizado na Suécia mostrou que quanto maior o consumo, maior o risco de fraturas ósseas e morte (MICHAELSSON E COL., 2014). A exposição à D-galactose presente no leite induz o estresse oxidativo celular, inflamação, neurodegeneração, baixa resposta imunológica e alteração na transcrição de genes, que pode causar várias doenças e má funcionamento do organismo como um todo.

Para além dos problemas ambientais e sanitários, ainda temos a problemática ética. O lazer humano transpassa muitas vezes o bem-estar animal. Naturalizamos eventos como “farras do boi” que consistem em soltar o animal em um local descampado, e assim, agredi-lo ou “farreá-lo”, o fazendo correr atrás das pessoas que participam da prática, ignorando qualquer sofrimento do animal que é obrigado a participar. Zoológicos, circos e aquários que enclausuram elefantes, girafas, rinocerontes, tubarões e baleias – animais absolutamente extraordinários e ameaçados de extinção - tirados de seu habitat natural ainda filhotes ou até mesmo ainda no ventre de suas mães para servir como entretenimento visual e, onde jamais vão poder pisar livre novamente. A díspar superioridade intelectual humana causa esses eventos de extravagância e transgressão.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O animal humano desenvolveu questões problemáticas com o consumo, mas não só o consumismo é adverso, este é somente um elemento. Todo o modo de vida moderno converge para a destruição do planeta, da contaminação do ar e das águas, para a morte de corais e animais profundamente cruciais para a vida de todos. O ecossistema é algo complexo e altamente suscetível a mudanças no ambiente e, sendo algo que leva milhares de anos para se desenvolver naturalmente, os hábitos artificiais humanos podem destruí-los em questão de anos. Cientistas dizem que a destruição da natureza já é irreversível com as mudanças climáticas, depósitos gigantescos de lixo, desmatamento crescente e tudo que poderíamos fazer agora seria diminuir a velocidade e o ímpeto em destruir para minimizar os efeitos já inconversíveis. Mas a metodologia de vida humana se tornou algo temporal, temporário e volátil. O propósito aqui jamais fora abolir completamente a ideia de utilização animal e da natureza, até porquê, seres vivos inevitavelmente se alimentarão de outros seres vivos e precisarão de recursos naturais para sua subsistência, cabendo aos humanos modelar estas relações. O que quero dizer é a humanização da utilização dos recursos e dos seres e a necessidade de se adequar estes meios a grandes escalas de produção, como o mundo demanda.

Em sua tese de doutorado que chamou de “O bem estar na carne”, Gaciela Froehlich fez seu trabalho de campo acompanhando vaqueiros, veterinários, abatedores e cientistas em fazenda de gado para corte que contribuiu com diversos pontos de vista acerca do processo de produção animal, abatimento e produção de carne. Atualmente, a “revolução verde” fez com que novas práticas fossem tomadas para o manejo destes animais de acordo com a autora, por exemplo, o uso da força física é proibido e novas abordagens são utilizadas com animais resistentes, o que traria bem estar à vida destes seres. De acordo com a autora, a pecuária continua sendo uma das atividades que exerce “maior influência no agravamento da crise climática e ambiental”, sendo a ela “reputadas consequências tais como o desmatamento, a poluição de rios e mananciais, a liberação de gases de efeito estufa e a perda ou a redução da biodiversidade”. É compreendido que, embora o “mercado verde” tenha tomado proporções minimamente relevantes, em que se preocupa com a sustentabilidade e o a sanidade dos animais em questão, os defensores da libertação animal criticam essa abordagem. De acordo com Froehlich (2016), por não questionar o uso e a morte de animais, as medidas de suposto bem-estar institucionalizaram a opressão humana na medida em que apenas atualizam parâmetros que consideram humanamente aceitáveis para o seu sofrimento.

Considerando o que foi discutido, podemos afirmar que a utilização instrumental da natureza e animais para benefício humano, nos moldes do modo de produção capitalista, além de ser cruel e antiético pode ser desvantajoso para a própria vida humana. A visão especista, que categoriza o olhar humano sobre os animais, contribui categoricamente para como estes não humanos são tratados, como mero objeto a ser explorado pelas cadeias macroeconômicas. A contribuição de Donna Haraway (2021) nos leva diretamente ao paradigma de

separação entre os humanos e suas espécies companheiras. Estas espécies estão junto conosco produzindo o mundo em que vivemos. Devemos, assim, repensar muitos de nossos hábitos, consumos e políticas públicas de manipulação destes, encontrando alternativas realmente sustentáveis, saudáveis, éticas e práticas, sem interferir de forma negativa na economia e bem estar das pessoas. É possível diminuir os impactos ambientais sem reduzir a cadeia produtiva e assim, contribuir com a saúde da natureza em geral. É tão possível também que a alimentação se volte para um consumo mais consciente, mais saudável, sem o abatimento de bilhões de animais anualmente que, inclusive, não chegará aos pratos de todas as famílias. O consumo de alimentos de base vegetal, de forma balanceada, pode diminuir drasticamente o sofrimento animal, contribuindo com a saúde e longevidade humana. Prezando a vida animal e natural a curto prazo, priorizamos a vida humana a longo.

Nos é impossível solucionar aqui o problema, mas nos cabe apontar as controvérsias que o pensamento especista produziu no mundo. Os autores referenciados neste trabalho nos apontam como o problema é complexo e espalhado por diversas facetas da vida humana e Não-humana. O paradigma se contém na intenção de modificar a visão humana sobre os animais, talvez integrando-os como partes do mundo humano ou como seres em conexão conosco, como elencam Ingold (1994 e 2007)) e Haraway (2021).

REFERÊNCIAS

AMANTE, Victor Abreu. **No mesmo galho: antropologia de coletivos humanos e animais. Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 23, n. 48, p. 391-396, maio/ago. 2017 <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832017000200020>.

FOLEY, Robert. **Another Unique Species::** Patterns in Human Evolutionary Ecology. England: Longman Scientific & Technical, 1987. 313 p.

FROELICH, Graciela. **O bem-estar na carne: um estudo antropológico sobre as relações entre humanos e animais a partir da categoria de “bem-estar animal”**, Brasil, 2016. 282 f., il. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

HARAWAY, Donna. **O manifesto das espécies companheiras – Cachorros, pessoas e alteridade significativa**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

HECK, F. M. **Uma geografia da degradação do trabalho: o adoecimento dos trabalhadores em frigoríficos**. Maringá, Brasil, 2013.

INGOLD, Tim. **Humanidade e Animalidade**. Traduzido por Vera Pereira. *Humanity and Animality*; in Tim Ingold (ed.), *Companion Encyclopedia of Anthropology*, Londres, Routledge, 1994, pp. 14-32.

INGOLD, Tim. **O que é um animal?** Traduzido do inglês por Gláucia Silva (PPGA/UFF) e Rosane Prado (PPCIS/UERJ). *What is an animal?* Publicado por Tim Ingold. Londres: Routledge, 1994. *Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia*. Niterói, EdUFF, n. 22, 2007, p.129-150.

LENSINK, B. J. **A relação homem-animal na produção animal**. In: I Conferência Virtual Global sobre Produção Orgânica de Bovinos de Corte. Embrapa Pantanal, Corumbá- MS, Brasil, 2002.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora da UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MICHAËLSSON, K.; WOLK, A.; LANGENSKIÖLD, S.; BASU, S.; LEMMING, E. W.; HÅKAN, M.; BYBERG, L. **Milk intake and risk of mortality and fractures in women and men: cohort studies**. *BMJ*, v. 349, outubro de 2014. Disponível em: <<http://www.bmj.com/content/349/bmj.g6015>>. Acesso em: 29/11/2022.

PAÚL, Fernanda. **'Lixo do mundo': o gigantesco cemitério de roupa usada no deserto do Atacama**. BBC, janeiro, 2022. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60144656>>. Acesso em: 13/12/2022.

REGAN, T. **Jaulas vazias: encarando o desafio dos direitos animais**. Porto Alegre: Lugano, 2006.

RYDER, Richard D. “**Speciesism Again: the original leaflet**” In **Critical Society, Issue 2**, Spring 2010. Tradução feita para o português por Tânia Vizachri e Thiago Pires Oliveira, panfleto originalmente escrito na língua inglesa e distribuído no campus da Universidade de Oxford (Reino Unido). O texto originalmente escrito em língua inglesa pode ser consultado aqui: <https://telecomlobby.com/RNMnetwork/documents/1.%20Speciesism%20Again.pdf>.

SÁ, Guilherme. “**Abraços de mono**”: **elos perdidos e encontros intersubjetivos em etnografia com primatólogos no Brasil**, Brasil, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/cgKbxGCKRgCwVp9dzHWs6Rv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 maio 2023.

SINGER, P. **Libertação animal**. Porto Alegre: Lugano, edição revisada, 2004 [1975].